

---

HYDERABAD – Reunião do Grupo de Trabalho do GAC sobre Direitos Humanos e Direito Internacional  
Quinta-feira, 3 de novembro de 2016 – 11h30 às 12h30 IST  
ICANN57 | Hyderabad, Índia

MARK CARVELL:

Então acho que temos menos de uma hora antes de ir para o tão necessário almoço, então esse é o grupo de trabalho sobre direitos humanos e direito internacional e devemos focar em aspectos das políticas e procedimentos da ICANN relacionados aos direitos humanos e também ao direito internacional correspondente a questão dos direitos humanos.

Esse grupo de trabalho foi estabelecido na reunião de Singapura em fevereiro de 2015 e nós consentimos nos termos de referência para o grupo de trabalho na reunião em Marrakesh em março de 2016.

Desde então o plano de trabalho tem avançado, há 3 copresidentes nesse grupo de trabalho. Eles estão aqui. A Milagros representante do Peru, também o senhor Cancio da Suíça e eu sou o representante do Reino Unido, meu nome é Mark Carvell.

A minuta da agenda dessa reunião foi circulada pelo Jorge em meados do mês passado, 17 de outubro aproximadamente e resumindo a minuta propôs considerar primeiramente o estado

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

do desenvolvimento do marco de interpretação dos direitos humanos dentro dos novos estatutos da ICANN a respeito dos direitos e como ajuda temos aqui um apresentador, um convidado do subgrupo de direitos humanos do CCWG e o segundo item da agenda que é apresentar o relatório que acabou de ser publicado sobre as solicitações para a ICANN com base nos novos gTLDs e ele foi distribuído pelo nosso colega Lee Hibbard ele é do conselho Europeu e ele acabou de sair então da imprensa e trata a questão dos gTLDs, as comunidades e perspectivas de direitos humanos, então é muito pertinente para esse grupo de trabalho e terceiro temos outros itens na agenda e para unir-se essa é uma oportunidade para informar-se sobre a equipe de trabalho intercomunitária e essa é uma iniciativa intercomunitária que observa as responsabilidades cooperativas sociais da ICANN e prepara também a via de trabalho 2 e também é um exercício contínuo de consultas com as partes interessadas das diferentes comunidades.

Esse é um ponto então que vai ser coberto, esse item 3 na agenda e fica aberto aqui o espaço para que os colegas façam novas propostas e se vocês concordarem com essa agenda, não quiserem adicionar outro item vamos proceder da maneira que ela está.

---

Então vou passar o microfone para Jorge da Suíça para falar sobre o marco de interpretação sobre os valores básicos dos direitos humanos e o estatuto.

JORGE CANCIO:

Obrigado.

Sou Jorge Cancio, sou representante da Suíça e como parte da via de trabalho 2 o grupo intercomunitário sobre prestação de contas da ICANN tem um subgrupo que está trabalhando para criar um marco de interpretação.

Essa foi a ambição que recebemos de fornecer uma interpretação, criar uma série de valores básicos sobre os direitos humanos para serem introduzidos nos estatutos, tudo isso foi adotado pela comunidade em Marrakesh no mês passado e este é um trabalho muito intenso, o trabalho desse subgrupo do CCWG de prestação de contas.

Temos aqui o relator desse subgrupo do CCWG, o senhor Niels ten Oever, então vou passar o microfone para ele para que ele explique aqui o status dessa iniciativa tão importante da comunidade da ICANN.

---

NIELS TEN OEVER:

Eu agradeço muito aqui os copresidentes. Esse trabalho recebeu muitas contribuições de vários representantes que estão aqui sobre a elaboração de um marco de interpretação para os direitos humanos. Eu fiz aqui uns slides para facilitar a apresentação.

Tivemos discussões intensas sobre essa questão foram muito construtivas também. Então esse grupo de melhoria da prestação da ICANN está passando pela via de trabalho 2 e tentando fornecer um marco de interpretação para os direitos humanos que a questão dos direitos humanos a serem introduzidos dentro dos novos estatutos.

Como vocês sabem o estatuto dos direitos humanos como vemos aqui na tela só vai entrar em vigor quando tivermos um marco de interpretação já pronto e isso vamos ver aqui no próximo slide, será na sessão 27.2 e houve um mandato que recebemos no nosso grupo de trabalho, especialmente o que tem a ver com o anexo 6 e 12 e pelo qual nós já estamos implementando esse trabalho que nos foi encomendado.

O trabalho feito até o presente, documentar o contexto histórico sobre as deliberações sobre os estatutos de direitos humanos na ICANN para que fique claro para todos os colegas que agora vão entrar em uma via de trabalho 2 para que eles entendam sobre tudo que foi consentido no passado e também para

---

oferecer um histórico para o CCWG e seu relatório e depois analisamos os princípios de orientação sobre direitos humanos porque atualmente eles constituem um marco principal para interpretação de direitos humanos em atores e não estatais, então nós temos trabalhado com a relevância e a possibilidade de aplicação. Isso dentro do nosso marco de interpretação e depois criamos uma estrutura para uma minuta, criamos um grupo de redação que trabalhou semanalmente através de diferentes discussões e teleconferências e quanto ao marco de interpretação atual, a minuta dele, ele tem uma estrutura que é bem parecida a dos estatutos e realmente queremos criar esse marco que seja de interpretação e não de implementação.

Então essas são as diferentes partes que estão sendo discutidas atualmente e estamos muito focados na questão de respeitar como uma lei aplicável e estamos avançando também em outros aspectos e isso está aqui nesse slide, que mostra o modelo novo criado pelo pessoal da ICANN e fico agradecido por esse trabalho.

Aqui no wiki podemos encontrar o status de trabalho do nosso grupo e onde nos encontramos, nosso trabalho e claro todos vocês podem contribuir como observadores ou participantes através da lista de e-mails e teleconferências, toda terça-feira também as 19 horas UTC.

JORGE CANCIO: Muito obrigado. Alguma pergunta ou comentário sobre os copresidentes?

Primeiro Mark e depois o senhor Kavouss.

REINO UNIDO: Obrigado Jorge e Niels pelas informações atualizadas, é bom saber que houve progresso em todos os elementos essenciais que você mencionou, mas eu gostaria que você explicasse um pouco o cronograma, como vocês estão progredindo, como está sendo o processo de consulta, etc.

NIELS TEN OEVER: Muito obrigado.

Quanto a um cronograma, agora temos uma minuta de cronograma que o subgrupo vai apresentar ao CCWG em fevereiro. Vai ser apresentado como comentário público, acho que com certo tempo antes da reunião na Dinamarca e vamos estabelecer certa diferenciação a respeito da via de trabalho 2 sobre os diferentes assuntos a serem tratados, entre simples e complexos e embora nós tentemos ser muito simples existe a possibilidade que os direitos humanos entrem dentro dessa via de trabalho como uma questão muito complexa.

---

MARK CARVELL: Muito obrigado. Haverá oportunidade então para tratar essas questões e para criar ou expressar as perspectivas e reações e nesse processo antes da reunião na Dinamarca.

IRÃ: Muito obrigado Niels, em primeiro lugar, do meu ponto de vista você é um excelente presidente. Eu agradeço especialmente. Isso significa que o trabalho começa.

Às vezes eu acho que esse grupo está indo longe demais, está indo além do que deveria fazer. Eu não sei se alguém quer um copo de água. Qual é o significado da água? O que é água? Eu não entendo qual é o significado de abordar. Alguém? Abordar significa lidar com algum. Não importa o número, mencionar, indicar, lidar, abordar, o que é o significado de diligente? São perguntas desnecessárias e, além disso, o que significa respeitar? Centenas de vezes as pessoas dizem respeitar isso ou aquilo, mas nunca perguntam o que significa.

Então vocês foram muito pacientes, responderam a todos, então a questão mais importante é a ausência de outras coisas, de princípios e as pessoas que se opõem a isso, então se a ICANN pudesse ser uma empresa, vocês tentarão responder a isso usando 13a e 15a, mas há pessoas que ainda se opõem a isso.

Então os direitos humanos, na verdade esse grupo de direitos humanos não é um grupo de pesquisa acadêmico para entrar profundamente sobre o que é direitos humanos ou se converter em um conselho das nações unidas.

Eu acho que as pessoas sabem que vocês têm um prazo para o marco de interpretação, vocês não têm 6 anos para fazer. Então vocês não têm que discutir o que deve ser discutido, vocês não devem entrar sobre todos esses meandros que as pessoas querem que vocês entrem.

Então eu sei que às vezes as pessoas querem mudar totalmente o significado dos estatutos, por exemplo, mudar compromisso por consideração. Alguns me disseram que acham que pode é mais forte do que deve. Eu concordo, eu acho que a questão não é essa, eu acho que é necessário mais colaboração entre as pessoas e limitar o tempo necessário e mantermos em alto nível.

Quanto à interpretação, em primeiro lugar deve-se incluir algo que nós queremos interpretar, mas não ficar só no envelope. Interpretar significa mudar o sentido, a direção. Então o que eu quero dizer com isso, então aqueles que não conseguiram incluir o que queriam na via de trabalho 1, querem utilizar, fazer isso agora na via de trabalho 2. Isso não deve ser feito.



---

JORGE CANCIO: Muito obrigado Kavouss, muito obrigado pelos valiosos comentários. Agora fala Milagros.

MILAGROS CASTANON: Eu prefiro falar em Espanhol. Eu estou totalmente de acordo com Kavouss, também eu gostaria de comentar que eu aprecio muito o trabalho que o Niels fez e todo o seu grupo, gastaram bastante tempo trabalhando nisso e fizeram um trabalho detalhado, mas em alguns casos eu me perguntei porque que vocês estavam indo nesse caminho, da mesma forma que o Kavouss eu me pergunto porque razão a via para perguntar se, por exemplo, qual é o âmbito de ação dos direitos humanos no marco da ICANN. Eu li também algumas intervenções de membros nesse grupo sobre em que se põe em dúvida qual é o escopo de aplicação de direitos humanos, porque é uma empresa privada.

Então pelo que eu entendo quando um país assina uma convenção internacional como a declaração universal dos direitos humanos, essa convenção passa a ser parte do ordenamento jurídico nacional, parte da legislação nacional. É aplicável e é lei também para as empresas privadas. Então nesse contexto os princípios são muito interessantes, mas não são a única referência. A referência principal é a declaração universal dos direitos humanos e, como disse o Kavouss, às vezes eu acho

---

que vocês estão indo longe demais tentando buscar a perfeição e a perfeição é uma meta.

Muito obrigado.

JORGE CANCIO: Muito obrigado Milagros, algum outro comentário em relação a esse trabalho?

INDONESIA: Eu gostaria de saber se no grupo de trabalho há mencionado como a ICANN vai interagir com os governos. Então, por exemplo, se a ICANN achar que o governo não atua de acordo com os direitos humanos internacionais a ICANN vai tomar alguma ação. Há alguma interação que foi levada em conta que possa haver entre a ICANN e o governo?

Obrigado.

JORGE CANCIO: Muito obrigado. Kavouss? Você tem algum comentário?

IRÃ: Sim, eu não acho que a ICANN possa intervir ou interferir com qualquer governo se esse governo respeitou ou não os direitos humanos, a questão é como é que a ICANN pode implementar os

---

direitos humanos dentro da sua missão e valores. Não estamos interferindo com os governos, eu acho que é uma intervenção desnecessária.

JORGE CANCIO: Muito obrigado. De fato, o que está em jogo aqui é o marco de interpretação de um valor que é um princípio, uma diretriz dentro dos estatutos da ICANN que se aplica apenas a ICANN e não aos governos. Então eu não tenho certeza se isso esclarece essa pergunta do colega da Indonésia.

Temos outra pergunta lá.

JAIFA MEZHER: Eu li a minuta, eu gostaria de saber quais são os mecanismos para a implementação?

JORGE CANCIO: Por favor, você poderia dizer o seu nome e país?

JAIFA MEZHER: Eu sou Jaifa da Colômbia.

JORGE CANCIO: Muito obrigado. Há alguma pergunta ou outro comentário? Senão eu vou pedir que o Niels responda os comentários e as

---

perguntas feitas até agora. Eu gostaria de saber se algum dos vice-presidentes tem algum outro comentário? Kavouss? Você quer falar alguma coisa antes do Niels?

IRÃ: Eu gostaria de falar sobre o mandato.

Nós estamos trabalhando sobre a via de trabalho 1 e a estrutura dos estatutos, então não há nenhum controle ou fiscalização. A ICANN não pode proteger os direitos humanos, ela pode apenas respeitar, mas não fazer com que seja cumprido, esse é um papel dos governos.

JORGE CANCIO: Obrigado.

Bom, isso eu acho que é parte da resposta sobre o marco de interpretação.

Há algum outro comentário antes da resposta do Niels?

QUÊNIA: Eu sou Kihanya do Quênia. Então seguindo a pergunta da Colômbia, qual seria a situação eventual em que houvesse uma disputa em termos de uma possível conclusão do marco de interpretação? Eu digo depois da adoção.

---

Então o que vai acontecer se depois do marco de interpretação houver uma disputa, o que vai acontecer? Seguindo a pergunta da Colômbia.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado.

Então, eu acho que a resposta sobre isso será melhor será dado pela própria ICANN, porque estamos falando aqui no marco de interpretação de um valor da ICANN em si, então eu acho que esse mecanismo de como seria implementado isso vai ser dado pela ICANN em si.

Então, com isso eu gostaria de passar o microfone para o Niels.

NIELS TEN OEVER:

Muito obrigado pela sua pergunta e o interesse com que vocês têm acompanhado essa questão.

Como eu sou o relator do grupo eu vou refletir sobre essa discussão para seguir as diretrizes dos estatutos, que dizem que dentro da missão da ICANN vai respeitar os direitos humanos e não vai fiscalizar ou implementar os direitos humanos.

Eu acho que a questão, isso de como será fiscalizado e implementado, isso está dentro do estatuto. O que isso significa

---

exatamente está sendo discutido dentro do marco de interpretação.

Quanto à resolução, eu seguiria os conselhos do Jorge Cancio, a recomendação do Jorge Cancio, do que existe na sessão 27.1, que o IRP não pode ser utilizado até que haja um marco de interpretação.

Então há várias medidas de prestação e contas que algumas podem ser aplicadas aos valores ou não, mas isso só poderá ser feito após a criação e aprovação desse marco de interpretação.

Então eu acho que com isso respondi a maioria das perguntas.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado Niels, algum outro comentário ou pergunta? Senão eu acho que o Mark pode nos falar sobre o segundo item da agenda sobre o trabalho de relacionamento com o grupo de trabalho da ONU que lida com os princípios aplicáveis a empresas.

IRÃ:

Antes disso houve uma longa discussão sobre a lei aplicável, direito público internacional e direito privado internacional, há uma divergência de visões entre advogados, etc. Alguns deles não entendem o que quer dizer o direito internacional público,

---

que isso não existe no seu país, então há essas visões divergentes sobre questões muito específicas quanto à legislação aplicável. Eu acho que essa é uma das questões importantes, qual é a legislação aplicável? O que isso significa pra mim? Isso que é importante.

Eu só queria falar isso antes de passar pro segundo item da agenda.

JORGE CANCIO:

Eu acho que aqui também nós entramos em um campo de subgrupo de jurisdição onde a questão do direito internacional público e privado, quais são as tradições legislativas de cada país, são levadas em conta. Essa legislação aplicável está sendo discutida naquele grupo.

Bem, eu acho que agora então podemos passar para o segundo item da agenda e o Mark vai falar sobre isso.

MARK CARVELL:

Obrigado.

Esse segundo item está relacionado aos princípios do grupo de trabalho da ONU sobre as corporações transnacionais e outras empresas.

---

Então esse conjunto de princípios é chamado Ruggie em homenagem ao John Ruggie que foi o relator desse grupo de trabalho da ONU.

Então nós discutimos a relevância desses princípios, o Jorge participou no subgrupo e ele fez essa ligação de formular uma comunicação com esse grupo de trabalho sobre o que estava sendo feito no processo da ICANN, na via de trabalho 2, com relação ao marco de interpretação.

Então nós temos isso, demos essa oportunidade como grupo de trabalho e eu estou sugerindo que nós endossemos essa ligação fornecendo ao grupo do Niels uma proposta de comunicação nesse liga, então eu proponho isso, nós já havíamos indicado essa participação, então alguém tem algum comentário sobre isso?

IRÃ:

Sim Mark. Eu gostaria de apoiar o seu grupo, mas a visão do grupo é totalmente diferente. Muitas das pessoas não concordaram que nenhum dos princípios Ruggie deveriam ser aplicados a ICANN.

O Niels tentou selecionar alguns que teriam relevância geral, como o 15a, mas mesmo quanto a esse há divergência. Muita gente acha que esses princípios Ruggie devam ser



implementados, mas não devam ser transformados em uma política.

Então depois disseram que esses princípios Ruggie seriam opcionais, poderiam ou não ser implementados ou levados em conta ou não. Então nesse estágio não há nenhum acordo para aplicar nenhum desses princípios. Alguns querem aplicar alguns, outros não querem aplicar nenhum, então se eu estiver errado você me corrige Niels, mas eu li todos os textos e ouvi as discussões e pelo que eu vejo não há nenhum acordo, inclusive há uma forte oposição por 2 ou 3 pessoas dizendo que não concordam com nenhum dos princípios.

MARK CARVELL:

Muito obrigado Kavouss, antes de convidar Niels para comentar sobre como isso vai ser tratado dentro do subgrupo eu acho que estamos agora em um estágio em que já temos algumas contribuições informadas para os subgrupos sobre os princípios Ruggie.

Seria de muito valor isso para a comunicação e também ter uma discussão baseada nas contribuições do grupo de trabalho da ONU e assim como eu vejo a situação agora vejo a oportunidade, o valor da oportunidade também.

---

Então Niels, você gostaria de comentar um pouco essa questão, a luz dos comentários e as reflexões de Kavouss?

NIELS TEN OEVER:

Sim, obrigado pelos comentários.

Se nós observarmos a história relativamente breve dos direitos humanos desde 1947, vamos ver um desenvolvimento muito rápido na aplicabilidade de atores e não atores. Primeiro em um nível global, a ONU e então quanto a uma aplicação específica há órgãos um pouco diferentes do que é uma companhia organizada. Vamos ver que as pessoas ainda não têm muita clareza sobre esse conceito, não fica muito claro como é esse conceito dos direitos humanos e isso nos leva a debates muito interessantes que nos ajudam também a elaborar o nosso trabalho e então quando estamos sendo abertos para todas essas questões, dando forma ao trabalho, criando pontes de comunicação e também obtendo as contribuições de outros especialistas como vocês, o grupo de trabalho, tudo isso realmente vai ser muito apreciado por mim.

MARK CARVELL:

Muito obrigado, eu passo o microfone para Jorge Cancio.

---

JORGE CANCIO:

Eu concordo com o que o Niels disse, vou complementar um pouco, mas para ser claro, o que aqui está sendo conversado é a questão de endossar o trabalho dos copresidentes desse grupo de trabalho para ajudar o Niels como relator do subgrupo de trabalho entrar em contato com o G. P. da ONU que está tratando essa questão dos princípios de orientação da ONU sobre direitos humanos para empresas e para estabelecer um vínculo e poder perguntar, por exemplo, sobre pedir opiniões, sobre certos princípios e se eles se aplicam ou não se aplicam a organizações que poderiam ser consideradas diferentes de uma companhia ou de uma empresa.

Então é mais um esforço para ajudar o subgrupo a estabelecer esse vínculo de contar com mais informações ou opiniões informadas sobre o nosso trabalho dentro desse subgrupo. Talvez Mark possa completar isso.

MARK CARVELL:

Sim, acho que você captou bem a motivação e a contribuição que nós poderíamos fazer para o trabalho desse grupo.

Tem mais algum comentário?

Senhor Kavouss levantou a mão.

Eu tenho a pergunta que eu quero continuar com isso. Aqui passo a palavra para Kavouss.

IRÃ:

Há participações pouco equilibradas, há uns poucos participantes do GAC que trabalham dentro desse grupo, são poucos participando da sala de bate-papo, poucos que intervêm nessas reuniões e precisamos ter mais gente trabalhando sobre isso e contribuindo para isso, então deveríamos participar mais das reuniões, discutir através do chat ou em outros tipos de intervenções e defender nossa posição.

Mas ficamos em silêncio, silêncio às vezes é considerado um consentimento, esse não é o caso aqui. Então eu quero mencionar aos distintos colegas do GAC que dentro desse grupo de trabalho CCWG para a via 2, especificamente que o trabalho deles é muito importante, alguns deles são muito ativos e eles se esforçam muito, por exemplo o Jorge também, dentro das conversas e no chat, muitos e-mails e realmente aprecio muito o trabalho dele, mas são poucos os membros do GAC que participam dessa conversa, precisamos de mais esforços por parte do GAC.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado Kavouss, acho que você realmente levantou uma questão que é essencial, precisamos de mais participação ativa dos colegas, especialmente dos colegas que são membros desse grupo de trabalho e que tem certo interesse na questão

---

dos direitos humanos e no direito internacional e precisamos de uma participação mais ativa e de esforços da comunidade no CCWG para expressar nossas opiniões sobre esse trabalho tão importante.

Eu acho que quando essa minuta for publicada para comentário público tenho a certeza de que os copresidentes vão circular e isso entre o grupo de trabalho, tentar alcançar um consenso se for possível e uma especulação, pelo menos para ajudar todos os membros do GAC e todos os membros de grupos de trabalho, a conhecer nossas perspectivas, as perspectivas do subgrupo.

Nós podemos ser de grande ajuda para o grupo de trabalho da ONU e temos um terceiro item sobre essa questão que é a discussão da consideração ou a possível contribuição apresentada para a reunião plenária do GAC e também podemos informar acerca desse acordo, mas ainda não é o momento certo para isso. Devemos esperar que o processo de consulta pública continue, chegue a uma minuta estável em que nós possamos organizar-nos como grupo de trabalho.

Então acho que agora podemos passar para um tópico que é muito interessante e temos aqui um trabalho que acaba de ser publicado que é muito exaustivo, que é o estudo do conselho europeu sobre aplicações com base às comunidades e as implicações para os direitos humanos.

---

Então passo o microfone para Mark Carvell.

MARK CARVELL:

Sim, muito obrigado.

Essa aqui é uma contribuição muito importante para definir as estratégias e abordagem da ICANN para estender um sistema de nomes de domínios. É uma questão importante, abrangente, é um trabalho muito abrangente, bem elaborado que o conselho europeu encomendou.

Para todos aqueles aqui que vem seguindo a consideração do GAC sobre o progresso e às vezes sobre a falta de progresso das solicitações de novos gTLDs que vieram das comunidades com recursos muito limitados. Vocês perceberiam que há uma série importante de problemas sistêmicos e deficiências no processo a respeito aos requerentes de gTLDs com base a comunidade e esse relatório faz uma série de recomendações para resolver essas falhas e essas deficiências e isso com o intuito de antecipar o que poderia acontecer e antecipar com a visão que teve a GNSO para a rodada de gTLDs, para criar oportunidades para as comunidades para que elas possam criar ou estabelecer os seus próprios domínios de topo que fossem de interesse das comunidades para poder depois comunicar ao resto do mundo, num sentido mais amplo, quais são as oportunidades e desafios.

Essa oportunidade que teve a GNSO no passado, quando tinha que formular uma política foi pioneira, mas foi uma visão que se perdeu. Ela se perdeu e todas as propostas que chegaram a partir da rodada sobre novos gTLDs realmente foram esquecidas, especialmente quando havia casos de contenciosos em que havia requerentes comerciais que concorriam com requerentes e comunidades de recursos limitados, então muitas dessas comunidades se encontraram presas em um processo muito burocrático e então devemos examinar essa questão em termos de oportunidades para as comunidades e aqui onde encontramos que o conselho europeu fez uma contribuição muito importante para o trabalho do GAC e isso a medida que o relatório do conselho europeu vai penetrando nos processos da ICANN.

O conselho europeu, como muitos sabem, é um grupo de 47 estados membros e além de 5 estados observadores, com Canadá, Japão, México, Estados Unidos e o Vaticano e tem uma estratégia de governança da internet e durante 4 anos tem trabalhado e agora está embarcando em uma estratégia de mais 4 anos sobre política das internet e estabelecendo vínculos com gTLDs da comunidade e muitas outras questões sobre criar oportunidades para a liberdade de expressão e de reunião, então o conselho europeu está fazendo uma contribuição muito ativa nesse sentido e eu espero que aqui o grupo apoie essa

contribuição e esse trabalho e então o conselho europeu e eu sou o representante do Reino Unido em Estrasburgo no conselho, o comitê diretor para a Europa e o responsável pelo departamento via estar aqui durante a semana, vai aprofundar essa questão na reunião plenária e vai apresentar esse trabalho tão importante para a diretoria então temos muitas oportunidades para trabalhar sobre essas recomendações, trabalhar muito para demonstrar como o compromisso da ICANN está a altura da situação.

Essa é a importância desse relatório. Então eu espero que vocês leiam esse relatório e a comunidade da ICANN já sabe sobre esse relatório, isso já está nas redes sociais, está no Facebook, está originando muito interesse entre a comunidade e é apenas um começo esse relatório do que nós propomos aqui como conselho europeu e perante a plenária do GAC é que entre essa reunião e a reunião em Copenhague os colegas possam fazer comentários sobre o relatório, recomendações, sempre pensando em formular uma recomendação para a comunidade da ICANN e para a diretoria na reunião em Copenhague.

Então esse é o estado de situação desse relatório e é muito importante como documento e eu espero que esse grupo de trabalho tenha uma função ativa para garantir que o contexto do relatório, a experiência da rodada atual e as recomendações



---

que esse relatório faz, ressoe em termos de direitos humanos, liberdade de expressão, liberdade de reunião.

Então eu espero sinceramente que vocês encontrem um tempo necessário para ler esse relatório, são recomendações muito claras, foram redigidas e compiladas por um advogado, 2 pessoas de uma consultoria internacional sobre mídia, também por outra pessoa que é um pesquisador em direito do instituto europeu na cidade de Florence e sempre seguindo a perspectiva e a experiência do ponto de vista jurídico e se observarmos o documento veremos que há um resumo executivo, há muitas entrevistas, muitas pessoas entrevistadas pelos consultores, foi um trabalho de pesquisa muito abrangente, muito profundo sobre com essas entrevistas tão ativas e então é isso que eu queria aqui comentar, ou informar, então se houver algum comentário aqui do público? Kavouss.

IRÃ:

Muito obrigado.

Sim, é uma informação muito útil, muito completa. Eu tenho algumas sugestões e talvez perguntas. A sugestão, você disse que essa recomendação vai ser considerada pelo GAC antes de Copenhague, mas acho que seria mais apropriado que as pessoas que trabalharam com isso preparassem uma primeira minuta de qualquer recomendação feita, em forma de conselho

ou assessoria, não de recomendação e são coisas diferentes e depois disso vamos ver quais são os requisitos novos para os estatutos, ver se há certa coerência com os estatutos e também tem a pergunta sobre se há um mesmo interesse de outras partes que não pertencem a União Europeia dentro desses 46 países, se compartilham o mesmo interesse sobre os gTLDs da comunidade e, por último, qual é a reação de outras comunidades da ICANN, a GNSO e outras e se você tem alguma reação formal ou informal da diretoria, porque se nós tivermos algum tipo de aconselhamento que, em consonância com o estatuto, se poderemos ir a diretoria e ver se eles têm alguma preocupação e ver também quais são as reações da comunidade. Se a comunidade diz que o GAC tem uma via mais acelerada para obter recomendações e assessoria.

Isso é só a modo de informação.

MARK CARVELL:

Muito obrigado Kavouss, muito obrigado pelo seu comentário.

Eu gostaria de falar que além de ver a opinião de outros membros do GAC, nós propomos a plenária do GAC para enviar para o PDP sobre rodadas subsequentes como contribuição, não com o endosso do GAC, mas para acelerar a interação com outros grupos.

---

Nós precisamos encerrar essa reunião, nós estamos sem tempo então, por favor, se você tem um comentário faça brevemente.

Obrigado.

INDONESIA:

Obrigado, eu sei que já é hora do almoço.

Quanto a interação da ICANN com os governos. Há um processo dos direitos humanos levando em conta os governos, muitos governos têm opiniões diferentes sobre o governo. O que o governo pode fazer se eles não estiverem de acordo com a opinião da ICANN em relação a direitos humanos?

Eles podem bloquear alguma coisa? Bloquear solicitações, requisições, conteúdo, uma parte da internet? Esse tipo de coisa talvez deva ser levado em consideração ao desenvolver esse processo.

MARK CARVELL:

Eu pensei que alguém tinha levantado à mão.

NICOLA TREOLAR:

É muito bom ver a opinião da Europa e da comunidade da ICANN.

---

Eu tenho 2 perguntas, você pode botar o link porque eu não consigo localizar o documento na internet? Qual é o status disso no conselho da Europa?

MARK CARVELL:

Então eu vou enviar o link por e-mail, em segundo lugar esse relatório foi encomendado pelo conselho europeu, eles fizeram isso se eu acho que eu me lembro, eu acho que isso foi solicitado em Helsinki, mas o comitê de Estrasburgo ainda não revisou esse relatório de recomendações, então ainda não foi oficializado pelo conselho de ministros do conselho da Europa.

Ashley dos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS:

Uma preocupação em termos das práticas do GAC, práticas e histórico. É adequado que o GAC use como base em suas recomendações o trabalho de outro grupo? Eu não li o documento, mas do ponto de vista de comentários ou endossar esse trabalho e isso o GAC considera adequado.

Eu acho que endossar simplesmente um documento como esse, eu gostaria de saber se isso é prática do GAC e eu acho que a gente deveria discutir se isso é adequado, se for aplicado.

---

MARK CARVELL:

Muito obrigado Ashley.

O conselho do GAC é um observador do GAC, então participam dos procedimentos do GAC, das 35 IGOs e o conselho da Europa foi o mais ativo dos IGOs.

Então eles contribuem para o trabalho do GAC como servidor desse comitê, isso já está bem claro. Eles se ofereceram em realizar esse trabalho que o GAC acordou e agora esse trabalho foi entregue ao GAC. Então agora o GAC deve considerar as recomendações do relatório, apoiar ou não.

Jorge, você quer comentar algo?

JORGE CANCIO:

Como você disse essa é uma contribuição bem desenvolvida por um observador do GAC e como o Mark sugeriu isso deve ser considerado com um prazo longo até Copenhague. Nós como GAC podemos endossa-lo ou apenas parte dele e isso vai ser decidido depois das discussões. Não só aqui, mas também online antes da reunião de Helsinki, mas nós estamos sem tempo mais, nós já passamos do tempo e estamos aqui impedindo que vocês alcem, então a não ser que haja uma questão urgente eu acho que nós vamos dar um minuto para Niels para nos dar uma atualização de um trabalho com CCWP

---

porque ele deu seu tempo para nos dar esse relatório e nós podemos discutir o restante online.

NIELS TEM OEVER:

Eu agradeço.

Então agora eu vou trocar de chapéu de relator do CCWG, subgrupo de direitos humanos do CCWG. Nessa nossa sessão de hoje às 5 da tarde eu convido vocês onde vamos apresentar o trabalho do nosso grupo. Houve um excelente trabalho pelo centro de comunicações de Deli sobre o impacto nos direitos humanos no WHOIS e nos procedimentos.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado Niels.

Nós temos uma sessão muito mais importante que é o almoço. Niels então isso é essencial para nossa subsistência e ao contrário do que fala Olof Nordling.

OLOF NORDLING:

Há algo que existe que são almoços grátis, quando vocês saem então a direita próximo do Hall 1 nós vamos ter almoço e vocês devem ter recebido esses vouchers para o almoço, usem isso hoje e nos dias restantes e com isso então eu gostaria de encerrar essa sessão, porque a próxima que é o grupo de

---

trabalho do GAC de percepções operacionais vai se reunir as 13 e 45.

MARK CARVELL:

Muito obrigado Olof e eu agradeço o interesse de todos, espero que possam contribuir ativamente para o nosso grupo de trabalho até a reunião de Copenhague e também para o trabalho do subgrupo como disse o Kavouss. O subgrupo só vai trabalhar de forma eficiente se houver diversidade e participação de todos.

Então eu encerro aqui a nossa sessão e desejo um bom almoço a todos.